

Vir virtutis

A construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Seneca (Roma – primeiro século da era cristã)

Marcos Luís Ehrhardt ¹

RESUMO: O presente artigo objetiva demonstrar elementos relacionados à construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Seneca. O filósofo estóico foi preceptor do imperador Nero e formulou neste período um catálogo de virtudes e exemplos de ações a serem praticadas pelo príncipe na condução do império. Com tal abordagem, procura-se indicar as relações entre os textos de Sêneca e o funcionamento do principado no primeiro século da era cristã, evidenciando que as reflexões do autor demonstraram-se importantes em sua época e modelares para épocas posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Sêneca; Príncipe Perfeito; Modelo.

ÁREA: Filosofia.

¹ Mestre em História pela UFPR e Professor Assistente no Colegiado do Curso de História da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – campus de Marechal Cândido Rondon.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais significativos da herança cultural dos romanos reside na construção das suas idéias em torno dos aspectos morais e dos aspectos políticos de sua sociedade. Esses dois campos constituem-se como sendo fundamentais para se entender as relações sociais que se estabeleceram dentro de Roma, assim como na sua política de expansão territorial.

Nesse sentido, Lucius Seneca é um autor que se mostrou preocupado com esse estado de coisas e juntamente com outros autores da antigüidade esteve voltado a pensar e escrever acerca de como deveria ser a conduta dos governantes nas ações em torno do poder político, destacando as diversas virtudes que deveriam ser praticadas pelo monarca na tentativa de se obter um bom governo, constituindo-se, desta forma, em verdadeiros manuais pedagógicos de educação para reis e príncipes.

Em Ettore Paratore:

uma das personagens da literatura latina de quem mais se gosta, apesar de e, diria sobretudo pelos seus defeitos, que o fazem aparecer tão próximo de nós, mesmo com sua grandeza; e a sua grandeza refulge precisamente pela fineza e sinceridade com que reconhece e analisa esses seus defeitos (1983, p. 587).

Lucius Seneca escreveu diversos textos abrangendo as mais diversas áreas. Com raras exceções, não direcionou e nomeou os destinatários de suas reflexões, sejam eles amigos, inimigos políticos, príncipes e reis. Em grande parte deles, transmite o mal-estar de seu tempo, levanta problemas e aponta soluções, ao cidadão romano, ao político e sua administração.

Sêneca mostra-se como alguém que tem a rara oportunidade de denunciar seu período, ao mesmo tempo em que seus escritos deixam exemplos para a posteridade, tal como aparece na Carta 95 dirigida a Lucílio:

Hoje, é através de decretos senatoriais e de plebiscitos que se exerce a ferocidade, é a lei que manda fazer-se ao nível de Estado o que proíbe a nível particular! Um crime que, cometido às ocultas, incorreria em pena capital, suscita louvores quando praticado por militares! O que se busca é apenas o prazer! Nenhum vício se conserva dentro dos limites: o luxo degenerou em ganância! O desprezo pela moral invadiu todos os domínios (1991, p. 512).

Com relação à construção de um modelo ideal para o príncipe, pode-se afirmar que Sêneca almeja, com a composição do *Tratado sobre a Clemência*, convencer sua época, bem como períodos posteriores, de que Nero é a imagem do príncipe perfeito, ou seja, de que este possui as características ideais para sua função. Através de inúmeros exemplos, argumenta que o representante da família dos Domícios fora escolhido acertadamente para ser imperador. A primeira distinção que o autor do tratado faz é qualificar Nero como possuidor de uma rara virtude — virtude esta vista como muito valiosa pelo povo romano: a inocência. Afirma:

Cobiçaste uma distinção bastante rara e que até agora não se concedeu a príncipe nenhum, a inocência (...). Adquiriste este reconhecimento: nunca um homem foi tão caro a outro homem quanto tu és ao povo romano, seu único e duradouro bem (1990, p. 40-41).

Além da inocência, outra virtude recorrente no tratado senequiano é a bondade. O filósofo afirma ser esta natural em Nero pelo fato de que uma virtude encenada ou usada como uma espécie de máscara não dura por muito tempo, pois “muito cedo, as coisas fingidas recaem em sua própria natureza” (SÊNeca, 1990, p. 40). Na medida em que a natureza do imperador é boa, tem-se a possibilidade da realização de uma administração imperial plena. Nesse sentido, a felicidade dos cidadãos também é plena e, enquanto “este” imperador governar, o estado de felicidade será

permanente. Sêneca reconhece que existe “uma segurança profunda, contínua; um direito colocado acima de toda injustiça; além disso, uma forma de Estado que se mostra aos nossos olhos como muito satisfatória” (1990, p. 41).

A natureza boa da qual Sêneca fala, atrela-se estreitamente ao uso da clemência por parte do imperador. Esta virtude é propagada como a mais humana entre todas as virtudes, devendo ser buscada incessantemente já que é rara encontrá-la na casa imperial. Sua principal função é garantir a fidelidade por parte dos cidadãos, pois, ao fazer uso constante desta virtude, o imperador não teria o que temer já que seus súditos não mediriam esforços para assegurar sua proteção. Para Sêneca:

não é sem razão que povos e cidades têm um consenso como o de proteger e amar os seus reis, expondo a si e a seus bens todas as vezes que a salvaguarda do governante o requeira. E não é menosprezo de si mesmo ou demência o fato de tantos milhares receberem golpes de espada em benefício de uma só pessoa e resgatarem, com muitas mortes, uma só vida, que, às vezes, é a de um ancião e de um inválido (1990, p. 50).

A primeira impressão que se tem ao ler o referido tratado, é a de que o filósofo formulou uma teoria de governo autoritária. Porém, trouxe em seu bojo o componente humanístico indispensável para que um governo pudesse vir a ter pleno êxito no poder: a clemência.

Em se tratando de virtudes, o autor arrola inúmeras delas dando destaque a três: o perdão, a inocência e a bondade. É interessante notar que as duas últimas são virtudes pouco comentadas anteriormente e talvez pouco praticadas por outros imperadores, mas que adquiriram força quando Nero assume o poder.

No que concerne à clemência, esta é considerada como o elemento indispensável na condução da administração imperial. Tem-se ao longo do tratado, cinquenta e duas referências à

clemência e à idéia de ser clemente. Seria atividade enfadonha ao leitor deparar-se com um comentário relacionado a cada passagem da referida virtude no tratado. É imprescindível, no entanto, destacar alguns momentos nos quais pode-se perceber a razão de Sêneca defender de forma veemente o uso da clemência e a necessidade de se praticá-la.

O uso da clemência aparece no tratado como uma das grandes virtudes praticadas — ou a serem praticadas — por Nero. O seu bom uso inauguraria uma era de felicidade a todos os habitantes do império e revelaria a grande “humanidade do imperador”, pois a clemência deve ser acessível e distribuída de forma igualitária a todos. Portanto, a clemência implica em equidade, porém o seu uso deve pender sempre para o lado mais humanitário. Tais atitudes não são automáticas, pois é preciso ter discernimento para agir. Sendo assim, Sêneca apresenta-se como o espelho, ou melhor, cumpre a função de espelho diante de Nero — assim como para as épocas vindouras — formulando um catálogo das virtudes a serem praticadas pelo príncipe.

A virtude da clemência atrela-se a uma série de outras virtudes que auxiliam o príncipe no cumprimento de suas funções. Como exemplo daquelas consideradas mais importantes pode-se destacar a temperança, a moderação e a severidade.

É preciso usar de severidade, porém com discernimento para não cair na crueldade, que para o autor é o oposto da clemência. A crueldade pode levar à ferocidade para quem seveja por prazer, pois “podemos dar o nome de loucura, porquanto existem vários tipos de insanidade, mas nenhuma é mais declarada do que a que termina em massacre e dilaceramento de homens” (SÊNECA, 1990, p. 45).

A clemência, para Sêneca, deve ser usada sempre que possível e colocada diante dos olhos do mundo. Tal aspecto é corroborado com a função dessa virtude em reflexão de Maria Helena Pereira acerca da clemência exercida na esfera política.

Para a autora, este “é um termo político especialmente adequado a finalidade de propaganda” (PEREIRA, 1989, p. 360).

Num primeiro momento, o uso da clemência apresenta-se no âmbito da política externa romana, pois era aplicado aos vencidos, em grande parte, das batalhas surgidas durante as tentativas de expansão de território. Num segundo momento, a clemência passa a ser adotada também internamente, já que os súditos, escravos e prisioneiros poderiam ver na clemência a possibilidade de salvamento de suas vidas.

Em Sêneca, a clemência aparece ora como atributo político do soberano ora como medida exclusivamente jurídica, ora ainda como virtude própria de um ser essencialmente humano. Há no referido tratado, a tentativa de aplicabilidade da clemência bem como os seus limites de uso. Diz Sêneca: “a clemência é a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar ou, ainda, a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade” (1990, p. 44).

A clemência está mais próxima da razão sendo honrosa, pois convém mais a reis e príncipes, que têm o poder de ordenar o mundo pela vontade dos deuses. O imperador é para Sêneca a alma do Estado e o Estado é o seu corpo: “o príncipe que tem preocupações universais, atendendo mais a algumas, menos a outras, presta assistência ao Estado, como se fosse parte de si mesmo” (1990, p. 64). A idéia de “administrar-se a si próprio” também está atrelada ao bom uso da clemência pelo governante.

O bom príncipe diferencia-se do tirano pelos seus atos para com o reino e os seus súditos. Para Sêneca, na Carta 114,24 enviada a Lucílio:

um rei atento a estrita moralidade cuida do corpo que lhe está confiado, não dá a mínima ordem que seja imoral ou degradante. Mas um rei sem sentido de

medida, ambicioso e debochado passa a merecer antes o nome odioso e cruel de tirano (1991, p. 636).

A clemência prova a profunda diferença entre um rei e um tirano: ambos possuem exércitos e armas, porém *“um dispõe de armas das quais se serve em defesa da paz, o outro, como reprime grandes ódios por meio de grande medo, nem às próprias mãos, às quais se confiou, olha-as com segurança”* (SÊNECA, 1990, p. 63).

A figura do tirano, em oposição ao príncipe encontra-se em trecho da Carta 105,7 no qual:

os homens de caráter violento não conhecem na vida senão tumulto e ansiedade. O medo que sentem é proporcional aos prejuízos que causam, e a tranqüilidade é coisa que não conhecem. Sentem-se ansiosos quando fazem algo de mal (SÊNECA, 1991, p. 582).

Sêneca com exemplo das ações do tirano, na carta dirigia à mãe Hélvia, ataca violentamente os abusos cometidos no principado de Calígula afirmando que:

quão pouco, pois, existe que seja necessário para a proteção do homem! e a quem pode faltar esse pouco, se tem pelo menos alguma virtude? (...); tudo o que se deseja a mais é fruto de vícios, não de necessidades. Não é necessário examinar a profundidade de tudo, nem encher o ventre com matança de animais, nem extrair as ostras do litoral desconhecido do mais longínquo mar. Que os deuses e as deusas arruinem esses, cuja intemperança transpõe os limites de tão odioso império! Caio César, a quem a natureza, creio eu, gerou para mostrar o que poderiam os maiores vícios na maior riqueza, gastou, em um só dia, para um jantar, dez milhões de sestércios e, embora auxiliado pela fantasia de todos, encontrou dificuldades em como pudesse sacrificar o tributo de três províncias em um só jantar (1992, p. 79).

O bom soberano às vezes é cruel, mas age desta forma por motivos de extrema necessidade, condenando pelo

interesse público, enquanto que o tirano é cruel por prazer. Portanto, o imperador é o vínculo de todas as forças do império, constituindo-se como tutor da ordem pública, pois “se homens sensatos colocam os interesses públicos acima dos privados, sucede que a pessoa mais querida é também a que personifica o Estado” (SÊNECA, 1990, p. 51-52).

Ainda para Sêneca, o imperador representa a ordenação do mundo. E é o mantenedor de uma ordem estabelecida pela vontade dos deuses, além de buscar sempre em Augusto o modelo a ser seguido:

(...) enquanto ele governa o mundo e mostra quão melhor o Império se conserva com benefícios do que com armas, enquanto ele preside as coisas humanas, não há perigo de que sintas ter perdido algo: só nele encontras bastante defesa e consolo. Possam os deuses e as deusas emprestá-lo, por muito tempo, à terra! Que ele possa igualar-se ao divino Augusto nos atos e ultrapassá-los nos anos! Que aprove, por uma grande experiência, seu filho, como chefe do Império Romano, e que o veja antes como co-herdeiro do pai do que como sucessor! Que seja tardio e conhecido só pelos nossos netos o dia em que sua gente o chame para o céu! (1990, p. 12).

Tal força de argumentação é reiterada em outro trecho do tratado quando Sêneca assinala que “és a alma do Estado e o Estado é teu corpo, podes ver, como espero quão necessário é a clemência, pois é a ti que poupas, quando parece poupar a outro” (1990, p. 52).

Percebe-se nitidamente uma visão organicista para o império em várias passagens do texto senequiano, como ocorre nesta: “Da cabeça provém a saúde que se espalha por todas as partes do corpo” (SÊNECA, 1990, p. 44). A manutenção desse equilíbrio refere-se à mansidão de espírito do imperador que, agindo desta forma, propagará paz a todos os cantos do império, servindo como espelho para moldar o comportamento de todos os habitantes que agirão à semelhança do príncipe. Na Epístola de número 114,23, o

filósofo estóico reifica a importância da figura do príncipe para o império quando afirma que:

o nosso rei é a alma; se esta permanece incólume, todas as nossas funções e deveres se realizam na mais perfeita ordem, mas se ela começa a oscilar, por pouco que seja, tudo o mais em nós é afetado (SÊNECA, 1991, p. 636).

Nesse momento, o autor pretende recuperar um estado de espírito perdido já há muito tempo e não cumprido em administrações anteriores, pois, agindo com bondade, “em todo o mundo, a retidão de costumes retornará” (SÊNECA, 1990, p. 44).

O uso da clemência atrela-se à idéia segundo a qual reis e príncipes personificam o Estado, constituindo-se, para Sêneca, no sopro vital que garante a existência do império. É este governante que tem o poder sobre todas as coisas e, desta forma, em vários trechos, o autor reafirma a necessidade dos reis e príncipes em espelharem-se nos deuses. O filósofo relata:

Já que fiz menção aos deuses, seria ótimo que eu estabelecesse um modelo de formação de príncipe que quisesse ter para com os seus súditos as mesmas disposições que os deuses têm para com ele (SÊNECA, 1990, p. 54).

Ou ainda através de uma inusitada metáfora: “E a aparência de um império tranqüilo e bem estruturado outra coisa não é senão a de um céu sereno e brilhante” (SÊNECA, 1990, p. 59).

A comparação e a proximidade de natureza ligam imperador e deuses, pois, em termos senequianos, o imperador que é gerado da natureza dos deuses, deve ser benéfico, generoso e sempre com seu poder voltado para o

bem, tal como os deuses.² Um soberano deveria governar de forma a estar em harmonia com a razão do mundo dos deuses.

A preservação da comunidade está atrelada à confiança das pessoas que cercam o imperador. Para a obtenção desta confiança, o governante deve ser pacífico, tranqüilo e comedido. De acordo com Sêneca, o príncipe precisa ser:

afável de conversa, fácil à aproximação e ao acesso, com fisionomia que cativa as massas, propenso às petições legítimas, e apenas ríspido em relação às ilegítimas: ele é amado, defendido e respeitado pela nação inteira (1990, p. 64).

O rei deve ter aparência extraordinária e diferenciarse dos demais pelo tamanho, ou seja, pela sua grandeza como também pelo seu brilho. Para ser ao mesmo tempo maior e melhor, portanto *optimus*, é preciso buscar o modelo nos deuses e procurar imitá-lo. Para a garantia desta grandeza e deste brilho, concede-se títulos honoríficos dignos de um representante dos deuses: Grande, Feliz, Augusto.

Assim, como “Pai da Pátria”, o príncipe deve zelar por todos os habitantes do império. Numa contribuição significativa para a sua época, os escritos de Sêneca ocupam-se inclusive dos escravos, num período no qual a grande maioria dos escritores os consideram como “coisas”. Na Carta 47, ele discorre acerca da posição dos escravos na sociedade romana, em declarado alerta ao comportamento dos imperadores perante os mesmos, advertindo que “são companheiros de servidão, se pensares que todos estamos sujeitos aos mesmos golpes da fortuna (...). É um escravo. Mas pode ter alma de homem livre” (SÊNeca, 1991, p. 156-160).

² O imperador tem sua imagem associada a alguns deuses. Com Júpiter a figura do *princeps* está atrelada à noção de *optimus* e *maximus*. Atrelado à força, aparece a figura de Hércules; entre vários, o mais conhecido deles é Hércules, o Tebano, filho de Júpiter e Alcmeire, mulher de Anfitrão.

Sobre a conduta do senhor para com o escravo, Sêneca ressalta: “Usa da clemência para com o teu escravo, de afabilidade mesmo, admite-o nas tuas conversas, nas tuas deliberações, nas tuas refeições” (1991, p. 158).

Em diversos momentos de seus textos, Sêneca compara o bom imperador à figura do bom pai na medida em que ambos devem pensar primeiramente no interesse dos outros, pois “o que deve ser feito pelo pai, deve também sê-lo pelo príncipe, a quem demos o nome de Pai da Pátria, sem termos sido levados por vã adulação” (SÊNeca, 1990, p. 65). Desse modo, o primeiro garante a felicidade dos seus súditos; o segundo garante a felicidade de seus filhos.

O filósofo latino relata diversos exemplos da postura de um pai, comparando-o inúmeras vezes à postura de um príncipe.

Soma-se a isso o fato de que há inúmeras exemplificações da intervenção do príncipe em assuntos familiares, já que esta era uma prática comum assumida com o advento do principado. Em Sêneca:

a partir dos pequenos impérios, procuremos um modelo para os grandes. Não existe uma forma única de comandar. O príncipe comanda seus cidadãos; o pai, seus filhos; o professor, seus alunos; o tribuno ou o centurião, seus soldados (1990, p. 67).

Este imbricamento entre a vida pública e a vida privada aparece em um dos ensinamentos do estoicismo, citado em uma interessante passagem da carta 94,1 das *Epístolas Morais*:

aquela parte da filosofia que proporciona os conselhos adequados a cada indivíduo e se destina, portanto, não à formação do homem em geral, mas sim, por exemplo, a indicar ao marido como se comportar em relação à mulher, ao pai como educar os filhos, ao senhor como dirigir os escravos, houve filósofos que a aceitaram como única e exclusiva, pondo de lado todas as outras partes a pretexto de que elas

não oferecem qualquer utilidade prática. Como se fosse possível alguém ministrar preceitos sobre uma questão particular sem ter em vista toda a complexidade da vida humana (SÊNECA, 1991, p. 479).

O trecho revela a compreensão do filósofo da necessidade de articulação entre diferentes esferas sociais para a indicação de preceitos válidos para diferentes contextos e apontar, desta forma, a normatização de comportamentos tanto do imperador quanto de seus súditos.

Para sustentar as ações do imperador, nota-se um argumento sólido, utilizado constantemente por Sêneca e que objetiva dar maior legitimidade ao governo de Nero: com este, inaugura-se uma nova era. Há inúmeras passagens *no Tratado sobre a Clemência* que apontam para essa questão e que se mostram extremamente importantes no cumprimento daquilo que o autor se propõe a defender. Cita uma série de virtudes praticadas pelo imperador, tais como a equidade, a lealdade, o bem e a modéstia. Todas elas são formas de “fazer os males praticados em longo período de soberania, finalmente, darem lugar a um século de felicidade e pureza” (SÊNECA, 1990, p. 43).

Há outro trecho significativo acerca da entrada de Roma numa “época de ouro”, a partir do início do principado de Nero, contido no libelo político dirigido a Cláudio: o *Apokoloquintose*. Para conquistar definitivamente até os opositores ao regime de Nero, Sêneca demarcou claramente essa época; pinta o período de Cláudio como negro e administrativamente catastrófico, ou seja, Cláudio encarnaria, ou até melhor, representaria a figura do tirano, e Sêneca objetivava deixar o *Apokoloquintose* como o exemplo a não ser seguido por imperadores que governariam posteriormente.

Por outro lado, quando Nero assumiu o poder, inaugurou-se uma idade de ouro, próspera e feliz. O início do

texto do *Apokoloquintose* definiu essa diferença de governantes: “Os acontecimentos que se passaram nos céus durante o dia 13 de outubro, primeiro ano de uma nova era de felicidade, eis o que eu quero transmitir à história” (SÊNECA, 1973, p. 261) ou, ainda no mesmo texto, Sêneca discorre acerca do novo período:

Assim como, depois das trevas, a Aurora difunde a rubra luz do Sol cintilante o universo saúda, pra fora das barreiras guiando com ímpeto o carro; assim o novo César aparece, aclamado por Roma agora será Nero: desprende-se a luz do seu rosto, do cândido pescoço guarnecido de longos cabelos (1973, p. 263).

Percebe-se nitidamente a força e a importância desse texto divulgado em um momento estratégico da sucessão imperial. Um “verdadeiro” príncipe, que estava então assumindo o trono do império, pela vontade dos deuses, traria a garantia de felicidade para os súditos e para o reino.

Observa-se nesses textos uma espécie de discurso fundador de uma “nova época” que estaria sendo inaugurada pela administração neroniana. Diz Sêneca:

Mas tu te impuseste um enorme encargo. Ninguém fala mais do divino Augusto, nem dos primeiros tempos de Tibério César, nem querendo imitar um modelo, procura outro além do teu: avalia-se o teu principado por esta prova (1990, p. 41).

Em comparação a outros imperadores — inclusive Augusto —, o atual César, para Sêneca, possui a verdadeira clemência e a pratica quando julga necessário. Sêneca saberia, portanto, como ensinar o príncipe a praticá-la. A partir do governo de Nero, a espada permanece na bainha e o império preserva-se grandioso sem derramamento de sangue.

Sêneca retoma os exemplos de Augusto, ou seja, lê o modelo instaurado no principado de Augusto, porém insere novos elementos para caracterizar as ações do atual príncipe. Afirma que:

o divino Augusto foi um príncipe meigo, se alguém começasse por avaliá-lo pelo período de seu principado. Porém, no período de perturbação geral do Estado, empunhou a espada quando tinha a idade que tu tens agora, tendo começado seu décimo oitavo ano de vida (1990, p. 56).

Sêneca, ao relatar exemplos das ações de outros príncipes, o faz para que se rejeite as atitudes tomadas por alguns imperadores e estas, na maioria das vezes, são ilustradas por batalhas ocorridas com grande derramamento de sangue e muitas mortes. Na Carta 94 a Lucílio, comenta algumas dessas ações, relatando o exemplo de dois nomes importantes da antiguidade. O primeiro é o de Alexandre, o Grande, também citado no *Tratado sobre a Clemência*. Relata o filósofo:

Uma vontade furiosa de devastar terras alheias incita o infeliz Alexandre e leva-o até remotas paragens. Ou consideras tu são de espírito um homem que começou sua carreira infligindo sucessivos golpes à Grécia, a terra em que fora educado e que roubou a cada cidade o seu bem mais caro, forçando Esparta à servidão e Atenas ao silêncio? (1991, p. 499).

A perspectiva dos *exempla* aparece na crítica feita as ações de Alexandre, o grande, registradas na Carta 113,27, pois

Alexandre, o vencedor de tantos reis e tantas nações deixava-se vencer pela ira ou pela amargura! E como não seria assim se ele próprio julgava preferível conquistar o universo a dominar suas paixões? (SÊNECA, 1991, p. 626).

A constante presença dos *exempla* nos textos senequianos permite pensá-los através de uma abordagem atrelada ao conceito de *Historia magistra vitae*. Há nas reflexões de Sêneca inúmeros exemplos de ações e personagens de épocas anteriores que podem, para o autor, devem ser aprendidos. Em outras palavras, a perspectiva da *magistra vitae* presta-se a servir de ensinamento às diversas épocas da história.

Na Carta 24 endereçada a Lucílio, Sêneca afirma:

se para ganhares coragem necessitas de exemplos, não custa muito arranjá-los: em qualquer época os há com abundância. Em qualquer período da história, seja romana, seja de outras nações, depararás com homens dotados de serenidade filosófica, ou ao menos capazes de corajosos arrebatamentos (...). O problema não é descobrir exemplos, mas sim escolhê-los (1991, p. 87-88).

No *Tratado sobre a Clemência*, encontram-se exemplos a serem seguidos, assim como exemplos a serem aprendidos e em seguida abandonados, pois se mostram como antimodelo ao príncipe.

Os *exempla* foram um recurso de escrita amplamente utilizados nos textos de autores antigos. Mostrava-se como que homens considerados especiais poderiam instruir outras épocas através de suas ações e pensamentos. É a tradição de um grande passado que se mantém e acima disso, aprendia-se com esse passado. Percebe-se que textos de autores da antiguidade podem ser lidos como precursores de um modelo — o *Historia magistra vitae* —, de longa duração.

Procurou-se demonstrar que os *exempla* perpassam grande parte da vida dos romanos, desde seus primeiros ensinamentos na sua própria casa até sua entrada na vida política e social do império e Sêneca, sabendo disso, utilizou-se deste recurso constantemente.

Para Sêneca, o príncipe não nasce feito, ou seja, não se encontra preparado para a administração de um grande império, para aquilo que o filósofo chamava de “gloriosa servidão”. Assim sendo, era papel de um pedagogo educar o príncipe para bem conduzir suas ações como governante.

Em seus textos, percebe-se que o autor almejava sustentar o poder de Nero estabelecendo relações amistosas deste com o Senado. Nesse sentido, procurou indicar uma linha de parceria entre a aristocracia e o governante,

administração esta espelhada no governo de Augusto, considerado por muitos, inclusive Sêneca, como sendo modelar. Era algo como visualizar o príncipe e o senado sendo alma e corpo, agindo um na dependência do outro. Desta forma, teria-se, para Sêneca, a realização de um princípio romano ideal de bom governo.

Por outro lado, não bastava “imitar” Augusto; era necessário acrescentar feitos gloriosos que demonstrassem a singularidade do principado neroniano. Para Sêneca — e isso é possível concluir — o príncipe naquele momento tinha plenas condições de ser maior que Augusto, pois este, tal como os outros príncipes da dinastia Júlio-Cláudia, “derramou muito sangue”.

Desse modo, os textos de orientação moral e política da antigüidade clássica greco-romana podem ser vistos e entendidos como os elementos embrionários de um gênero e uma tradição que, nominados, remontam ao medievo ocidental: os *specula principum*. A tradição do gênero literário *espelho de príncipe* tem demonstrado o vigor e a importância dessa literatura na cultura ocidental. Inegavelmente, a literatura política ocidental, ainda que não exclusivamente, ocupou-se em produzir obras voltadas à educação dos príncipes.

Há uma certa continuidade entre os textos de aconselhamento produzidos na antigüidade clássica e os seus sucessores surgidos na Europa ocidental cristã. Tal aspecto justifica-se na medida em que o alvo, tanto de um como de outro, foi praticamente o mesmo: fornecer ao rei ou ao príncipe a melhor orientação no trato com a administração e nas relações com os súditos. Tendo tal perspectiva em mente, pôde-se então perceber a permanência dos escritos senequianos em outras épocas, com mais ênfase em textos de natureza moral e política.

Em suma, a literatura ligada aos *specula principum*, que no Ocidente clássico esteve voltada à formação dos

homens de Estado, apresenta-se extremamente abrangente. Esses escritos constituem-se como verdadeiros manuais pedagógicos destinados à educação dos príncipes e reis, bem como na formulação de idéias acerca de como deve ser um bom governo.

Nos textos do autor em questão, tanto naqueles de natureza política, como nos de orientação moral, pode-se encontrar um catálogo das virtudes a serem praticadas pelos governantes em sua missão primordial: realizar o melhor governo e zelar pelo bem público.

Portanto, tais escritos deveriam fornecer conselhos práticos aos dirigentes políticos, para que aprendessem a transitar exemplarmente tanto na esfera privada de suas relações quanto no trato para com o povo. O aprendizado tinha como prerrogativa básica delimitar nitidamente as tênues fronteiras entre virtudes e vícios – elementos caracterizadores das ações de um governante.

Além disso, constatou-se que as relações que se estabeleciam entre o imperador e a aristocracia senatorial mostraram-se estreitas e, portanto, constituíram-se num aspecto fundamental nos conflitos que eclodiam entre o grupo de senadores e o próprio imperador. Em alguns reinados como os de Calígula, Cláudio e os últimos anos do governo de Nero os príncipes não respeitaram as regras do jogo, ignorando a importância e o poder que o senado tinha nas mãos. Analisando tais conflitos, conclui-se que um governante, ainda que visto como escolhido entre os deuses e o primeiro dos cidadãos, não governa sozinho.

Sêneca percebera muito cedo esse jogo de forças e, nesse sentido, soube adaptar-se às circunstâncias, revelando-se um articulador político bastante hábil. Na medida em que as relações com o senado passavam inclusive pela concepção pessoal de cada príncipe e, portanto, definiam a política imperial, Sêneca teve a oportunidade de interagir junto a um desses imperadores e contribuir para a construção da memória desse governo e de governos imediatamente anteriores. Ademais, sua obra inspirou

modelos de administração que tiveram expressiva importância em governos de épocas vindouras.

Um dos pontos mais polêmicos do regime imperial residia na questão da sucessão. O principado tendia para a hereditariedade, porém, em alguns casos, a adoção definiu os rumos para a subida ao poder. No caso de Nero, Sêneca sabia da fragilidade de sua nomeação e, a partir disso, soube construir um discurso apropriado para dar a sustentação necessária ao seu regime, além de conferir ares de legitimidade ao principado neroniano. Tal atitude se deve ao fato de que Sêneca reconhecia que dentro do império existiam domínios nos quais as ações dos imperadores e suas relações com grupos importantes não estavam claramente definidas.

O pensamento político e moral de Sêneca foi homenageado e lembrado posteriormente ao seu período quando, no segundo século, conferiu-se a Trajano a alcunha de *optimus maximus*. Este imperador discursou sobre o *felix quinquennium*, ou seja, discorreu sobre “o feliz período de 54-59”. Foi marcadamente o período no qual Sêneca encontrava-se vinculado ao poder imperial, sendo lembrado por sua instrução nos discursos imperiais, qualidade reconhecida como uma das mais importantes funções exercidas pelo filósofo estóico.

Sêneca, primeiramente como um teórico, necessitava de um agente para propagar os seus escritos. Nero teria sido a oportunidade ideal para a aplicabilidade de seus ensinamentos. Tais formulações estavam atreladas à idéia de que se havia um texto digno de ser escrito, este deveria estar direcionado às ações a serem praticadas em diversas épocas pelos concidadãos e pelos governantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SÊNECA, De la Ira. In: _____. **Tratados Filosóficos**. Buenos Aires: Librería El Ateneo Editorial, 1952.

_____. **Apokoloquintose do divino Cláudio**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (*Os Pensadores*)

_____. **Da tranqüilidade da alma.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

_____. Consolações à minha mãe Hélvia. In: _____. **Cartas Consolatórias.** Campinas: Pontes, 1992.

_____. **Tratado sobre a Clemência.** Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **A vida feliz. Apresentação: Diderot.** Campinas: Pontes, 1991.

_____. **Cartas a Lucílio.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

_____. Consolações a Políbio. In: _____. **Cartas Consolatórias.** Campinas: Pontes, 1992.

_____. **Sobre o Ócio.** São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

BIBLIOGRAFIA

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BAILEY, Cyril (org.). **O legado de Roma.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

BRUN, Jean. **O estoicismo.** Lisboa: Edições 70, 1986.

CARBONNEL, Charles-Olivier. **Historiografia.** Lisboa: Teorema, 1987.

CARCOPINO, Jérôme. **Roma no apogeu do Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Zélia Almeida. **A literatura latina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

DUVERNOY, Jean-François. **O Epicurismo e sua tradição antiga.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **História das crenças e das idéias religiosas.** Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FINLEY, M. I. **Aspectos da antigüidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **História Antiga: modelos e testemunhos.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor.** São Paulo: Passagens, 1992.

GAZOLLA, Rachel. **O ofício do filósofo estóico: o duplo registro da Stoa.** São Paulo: Loyola, 1999.

GIARDINA, Andrea (org.). **O homem romano.** Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GRIMAL, Pierre. **A vida em Roma na antigüidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1981.

MARROU, Henri-Iréné. **História da educação na antigüidade**. São Paulo: EPU, 1990.

MENDES, Norma. **Roma republicana**. São Paulo: Ática, 1988.

PARATORE, Ettore. **História da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de história da cultura clássica: cultura romana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

PETIT, Paul. **A paz romana**. São Paulo: Edusp: Pioneira, 1987.

QUEIRÓS, Silvio Galvão de. **Pera espelho de todollos uiuos: a imagem do Infante D. Henrique na tomada de Ceuta**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

ROBIN, Léon. **A moral antiga**. Porto: Edições Despertar, 1970.

ROEDEL, Leila Rodrigues. Prudência, justiça e humildade: elementos marcantes no modelo de monarca presente nas obras dedicadas ao rei suevo. **Revista de História**, São Paulo, n. 137, 1998.

ROULAND, Norbert. **Roma, democracia impossível?: os agentes do poder na urbe romana**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

SNODGRASS, Mary Ellen (org.). **Clássicos romanos**. Portugal: Publicações Europa-América, 1988.

VEYNE, Paul. **A sociedade romana**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. O Império Romano. In: **História da vida privada: Do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.